

Com os cumprimentos de

Digitalizado por FCLB

Unidade de Engenharia
Universidade do Minho
Braga, Portugal

Digitalizado por FCLB

*= Apreciação do Projecto de Proposta de Linhas de
Estratégia para o Desenvolvimento da Região Nor
te Apresentada pela Comissão Coordenadora da Re
gião do Norte =*

(Abril 1980)

1. Introdução

O relatório apresentado pela Comissão Coordenadora da Região Norte demonstra um volume de trabalho apreciável e uma recolha de elementos preciosos nos domínios da população, sua evolução e necessidades, da Geografia, da Agricultura e Sivicultura, Pesca, Recursos Minerais e Indústrias, Comércio, Turismo, Infraestruturas de Transportes e Comunicações, Ensino, Saúde, Habitação, Saneamento Básico, Energia Eléctrica, Produção Hídrica, Cultura e Recreio.

Não nos foi materialmente possível analisar, mesmo com cuidado mínimo o relatório. Por isso só vamos apresentar alguns tópicos e sugestões que nos saltaram à vista.

2. Âmbito da Acção da Comissão e sua Ligação e Estatuto perante o Governo Central.

O nome da Comissão e as acções mencionadas no relatório não se coadunam, a nosso ver, com a ligação da Comissão a um só Ministério (o da Administração Interna). Para haver um mínimo de consequências da acção da comissão ela teria de estar directamente ligada ao Conselho de Ministros. Mais, entendemos mesmo que a Comissão deveria ser um porta-voz dos problemas concretos que urge resolver e ao mesmo tempo o elemento planeador principal da Região Norte e elemento avaliador das acções executadas localmente fazendo uma ligação íntima entre as entidades executivas locais e o Governo Central, mas mantendo uma certa autonomia e uma certa força na sua voz.

Não deve ser uma mera Repartição do Ministério da Administração Interna no Norte do País.

3. Propostas

No relatório fala-se de propostas de Acções Sectoriais, mas em geral, de uma forma genérica. Sugeríamos que no futuro fossem feitas propostas concretas quer ao Governo Central quer às Autarquias, quer às forças locais como sejam os organismos representativos da Agricultura, Indústria, Comércio, Ensino, etc.

Essas propostas deviam visar em 1º lugar os pontos que são "gargalos" no desenvolvimento dos ^{Digitizado por ECLB} vários sectores. A título de exemplo citamos:

- Falta de ligações entre a camionagem e o Cº de ferro e destas com aeroporto e portos, quer em termos de passageiros quer em termos de mercadorias. Exos. gritantes: os comboios rápidos não têm seguimento para Norte do Porto; os horários estão descoordenados. A Rodoviária não faz ligações à C.P., embora seja nacionalizada, nem de passageiros nem de mercadorias. É absurdo que não se possa enviar uma encomenda de qualquer ponto do País para outro conjugando as redes da C.P. e da Rodoviária.

É absurdo que não haja ligações rápidas entre Campanhã (e S. Bento) e o Aeroporto. É absurdo que não haja no Porto Centrais de Camionagem com um espaço mínimo de carga e descarga. Etc, etc.

Estas acções são altamente rentáveis e não envolvem a maior parte delas investimentos significativos. São simples acções de coordenação .

- Falta de coordenação com a nossa vizinha Espanha. A propósito, não vemos referências, em termos de números e programas, da nossa vizinha Galiza. O desenvolvimento da Região Norte está indissolúvelmente ligado ao desenvolvimento da Galiza e não só. Que estão a fazer os Galegos? Há alguma coordenação com eles? Que se passa nas ligações do Douro com a Espanha? Poderemos continuar a ignorar as acções do outro lado da fronteira?

Porque é que não é possível enviar uma encomenda de Espanha para Portugal via férrea "automáticamente", como se devia poder fazer dentro do País? Em Moçambique havia uma coordenação entre a camionagem, Cº.Fº. M., Cº.Fº. da África do Sul e Rodésias tal que era possível mandar uma remessa de qualquer ponto de Moçambique para qualquer ponto desses países vizinhos e vice-versa.

- Desigualdade de medidas sociais. Na "Grande Lisboa" há passe social na camionagem que abrange uma centena de Kms. a partir do centro. Olhando para um mapa na escala 1:250 000 vê-se que no Norte as populações trabalhadoras se distribuem num círculo que com centro no Porto abrange Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Vila Real e Aveiro. Porquê, então não haver para a camionagem passe social num raio de 100Kms com centro no Porto, como há em Lisboa?

- Descentralização de Serviços (Bancários e Públicos, pelo menos). A maior parte dos bancos têm sede em Lisboa. Por exº consequências desse facto:

1º. Até há pouco a Caixa Geral de Depósitos no Porto não tinha competência para deferir ou indeferir um empréstimo ^{Digitalizado por FCLB} hipotecário no valor de 600 contos!

2º. O Banco de Portugal no Porto não tinha (não tem) competência para autorizar a importação de um motor de veículo ligeiro no valor de 150 contos! 3º. A actualização das cadernetas dos depositantes da Caixa Geral de Depósitos esteve em Braga sem se fazer durante 3 meses por avaria do sistema mecanográfico que está dependente de ligação a Lisboa por via telegráfica!

As competências das delegações dos Serviços Públicos Centrais no Norte são praticamente nulas, a começar pelas próprias Universidades, onde um Reitor continua a ser funcionário do MEC que não tem sequer competência para assalariar um contínuo ou uma empregada de limpeza. Os exames de aptidão são centralizados em Lisboa; etc. etc.

Estas situações, caricatas e ridículas, permitem por si avaliar os efeitos estranguladores da concentração em Lisboa dos mais importantes factores de desenvolvimento da Região Norte.

4. Situação no Ensino Universitário. Ligações Ensino - Sector Económico.

Não vamos aqui repetir lugares comuns tais como a falta de autonomia das Universidades, a descoordenação que existe entre o Ensino Secundário e o Superior, os salários baixíssimos dos professores Universitários, etc. etc. Vamos referir, por exº, o caso de que todas as reuniões que envolvem professores do Norte que fazem parte das mais variadas Comissões Nacionais, se realizam em Lisboa (que não é o Centro). O caso de haver sistematicamente uma dominância de elementos de Lisboa. O caso de, a-pesar-da exiguidade dos investimentos na Investigação, ser assimétrica contra a Região Norte a distribuição das respectivas verbas. Organismos como o INIC, JNICT, INETI, deviam demonstrar do "bolo" total que recebem do Governo, qual a parte que vai para o Norte. O Norte não tem sequer um Centro de Computação minimamente equipado que permita realizar qualquer tipo de investigação com incidência prática no domínio da Engenharia. O único computador existente (no IACA) é de média capacidade, é velho, tem acesso difícil. Na era em que noutros países qualquer professor universitário tem um terminal de computação local como tem um telefone, a situação é inconcebível tanto mais que investigar, tendo o computador por auxiliar, é a forma mais barata de investigar.

Não se fala já dos laboratórios universitários obsoletos e inúteis na sua grande parte. Mas será que nesta situação a Universidade não pode fazer nada? Cremos que é possível fazer muito porque tudo está por

fazer no domínio da ligação Universidade - Sector Económico . A libertação das Universidades da completa tutela do Estado centralizado em Lisboa, passa pela colaboração com o sector produtivo. Por outro lado o desenvolvimento do sector produtivo passa pelo aproveitamento do potencial científico e tecnológico das suas universidades.

Das acções concretas a realizar poderão destacar-se os cursos de actualização a todos os níveis; e a realização de contractos de investigação com incidência imediata no desenvolvimento de novos processos ou melhoria da qualidade. Se as universidades souberem fazer o "marketing" dos seus produtos e se se dispuzerem a fazê-lo sem pretencionismos obsoletos, procurando ir ao encontro das necessidades reais do País real, não temos dúvidas que muitos dos seus problemas de apetrechamento serão resolvidos. Por outro lado importa que o Sector Económico crie o hábito de consultar as suas universidades e procure subtrair-se ao complexo de que só no estrangeiro há técnicos competentes. Nas universidades portuguesas há um potencial técnico-científico que com pequenos apoios se revelará fundamental ao desenvolvimento do País.

5. As observações que antes referimos afloram em termos práticos apenas alguns dos grandes problemas postos no relatório. Fazemo-las por julgarmos que a exposição de algumas vivências de todos os dias, poderá ser útil à compreensão dos problemas numa mais alta e larga escala desses grandes problemas.

Universidade do Minho, Maio de 1980

O Representante do Reitor,

Júlio Barreiros Martins
(Prof. Catedrático de Enga.)